



JOCG

Ano 2022 • Edição

1133

Jornal Oficial de Campo Grande

Campo Grande/RN • segunda-feira, 27 de junho de 2022 • R\$ 2,00

PREFEITO FRANCISCO DAS CHAGAS EUFRÁSIO VIEIRA DE MELO

Estado do Rio Grande do Norte
Prefeitura Municipal de Campo Grande
GABINETE DO PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº 444/2022
DE 27 DE JUNHO DE 2022

“Institui o Programa Operação Trabalho no Município de Campo Grande e dá outras providências.”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE/RN, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o Programa Operação Trabalho - OT, no Município de Campo Grande, com o objetivo de conceder atenção especial ao trabalhador desempregado há mais de 4 (quatro) meses, com idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos, sem rendimentos próprios, visando a sua reinserção no mercado de trabalho.

Art. 2º - O Programa Operação Trabalho - OT consistirá:

I - na concessão de auxílio pecuniário, correspondente a valores que podem ir de 20% do valor equivalente a um salário mínimo até o valor correspondente a 150% de um salário mínimo;

II - no exercício de atividades, realizadas e ministradas pelos órgãos municipais ou entidades conveniadas ou parceiras;

III - no desenvolvimento de atividades de capacitação ocupacional e de cidadania, ministradas pelos órgãos municipais ou por entidades conveniadas ou parceiras, observadas as restrições da legislação trabalhista em vigor.

Parágrafo Único: Os beneficiários do Programa desenvolverão suas atividades junto aos órgãos da Administração Municipal ou em outras instituições com as quais o Município estabeleça convênios ou parcerias.

Art. 3º - Para habilitar-se no Programa Operação Trabalho, o beneficiário deverá preencher os seguintes requisitos, cumulativamente:

I - ter idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

II - estar desempregado há mais de 4 (quatro) meses e não estar recebendo o seguro-desemprego;

III - comprovar que é residente e domiciliado no Município de Campo Grande;

IV - assinar Termo de Compromisso e Responsabilidade, declarando ter conhecimento das regras do Programa, às quais se sujeitará, sob pena de sofrer as sanções previstas no artigo 7º, § 1º, desta lei.

Parágrafo Único: Para o enquadramento na faixa etária, considera-se a idade do beneficiário em números de anos completados até o dia do ano em que ocorrer seu cadastramento no Programa.

Art. 4º - A aferição dos requisitos para a concessão do benefício será realizada quando do cadastramento inicial e em qualquer fase do Programa.

Parágrafo único: Os beneficiários do Programa estarão sujeitos a avaliação sistemática e controle periódico, a critério da respectiva coordenação.

Art. 5º - Para participar do Programa Operação Trabalho, o beneficiário, além de atender aos requisitos estabelecidos no artigo 3º desta lei, deverá cumprir a carga horária estipulada para as atividades mencionadas nos incisos II e III do artigo 2º, e não ultrapassar o limite de faltas fixado no Termo de Compromisso e Responsabilidade, conforme previsto em decreto.

Parágrafo único: A participação no Programa não gerará quaisquer vínculos empregatícios ou profissionais entre o beneficiário e a Prefeitura do Município de Campo Grande.

Art. 6º - A concessão dos benefícios previstos no artigo 2º será interrompida se:

I - o beneficiário obtiver ocupação remunerada;

II - o beneficiário descumprir quaisquer dos requisitos previstos nos artigos 3º e 5º, ou desatender as cláusulas firmadas no Termo de Compromisso e Responsabilidade;

III - o beneficiário mudar-se para outro Município.

Art. 7º - Será excluído do Programa Operação Trabalho, pelo prazo de 5 (cinco) anos, ou definitivamente, se reincidente, o beneficiário que prestar declaração falsa ou usar de qualquer meio ilícito para a obtenção de vantagens.

§ 1º - Sem prejuízo da sanção penal, o beneficiário que gozar ilicitamente do auxílio, será obrigado a efetuar o ressarcimento integral da importância recebida indevidamente, corrigida na forma disposta na legislação aplicável.

§ 2º - Ao servidor público ou agente de entidade conveniada ou parceira que concorra para a concessão ilícita do benefício, aplicam-se sem prejuízo das sanções civis, penais e administrativas cabíveis, multa equivalente ao dobro dos rendimentos ilegalmente pagos, corrigidos na forma prevista na legislação aplicável.

Art. 8º - O Poder Executivo Municipal poderá celebrar convênios com entidades de direito público, bem como estabelecer parcerias com empresas particulares e entidades de direito privado, patronais e sindicais, visando ao desenvolvimento das atividades relativas ao Programa de que trata esta lei.

Art. 9º - O Programa Operação Trabalho ficará a cargo da Secretaria de Desenvolvimento Social, à qual caberá estabelecer normas e procedimentos para sua implementação, controle, acompanhamento e fiscalização.

Parágrafo único: Fica autorizado o aporte de recursos de instituições públicas ou privadas interessadas em financiar o Programa.

Art. 10 - O Programa Operação Trabalho contará com uma Comissão de Apoio, presidida pelo Secretário de Assistência Social, constituída por titulares ou representantes de órgãos governamentais ou não-governamentais, definida em decreto.

§ 1º - A Comissão mencionada no "caput" deste artigo terá por atribuições o contínuo acompanhamento, a avaliação e a formulação de sugestões visando ao aperfeiçoamento do Programa.

§ 2º - As atividades exercidas pelos membros da Comissão serão consideradas de relevância pública, não sendo remuneradas.

§ 3º - A Comissão reunir-se-á com a presença da maioria de seus membros, mediante convocação de seu presidente, ou por solicitação da maioria de seus componentes.

Art. 11 - Para atender às despesas decorrentes desta lei, no presente exercício, fica o Executivo autorizado, nos termos do artigo 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a abrir créditos adicionais especiais, no valor necessário ao atendimento das despesas efetuadas com este projeto.

§ 1º - O decreto que abrir os créditos adicionais de que trata o "caput" deste artigo indicará, nos termos do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, os recursos disponíveis para acorrer as despesas.

§ 2º - Nos exercícios subsequentes, as despesas com a execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.



JOCG

Ano 2022 • Edição

1133

Jornal Oficial de Campo Grande

Campo Grande/RN • segunda-feira, 27 de junho de 2022 • R\$ 2,00

PREFEITO FRANCISCO DAS CHAGAS EUFRÁSIO VIEIRA DE MELO

Art. 12 - O Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 13 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Grande/RN, 27 de junho de 2022.

Francisco das Chagas Eufrásio Vieira de Melo
Prefeito Municipal

Estado do Rio Grande do Norte
Prefeitura Municipal de Campo Grande
GABINETE DO PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº 445/2022
DE 27 DE JUNHO DE 2022

“Inclui no calendário de eventos oficiais do Município de Campo Grande, a 2ª Etapa da Copa Altooestana de Motocross e dá outras providências.”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE/RN, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica inserido no calendário de eventos oficiais do Município de Campo Grande a 2ª Etapa da Copa Altooestana de Motocross, a ser realizada neste Município no dia 09 de julho de 2022.

Art. 2º. Fica o Município de Campo Grande/RN autorizado a tomar todas as medidas necessárias a realização do evento.

Art. 3º. As despesas com a execução desta Lei, correrão por conta das verbas orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Grande/RN, 27 de junho de 2022.

Francisco das Chagas Eufrásio Vieira de Melo
Prefeito Municipal

Estado do Rio Grande do Norte
Prefeitura Municipal de Campo Grande
GABINETE DO PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº 446/2022
DE 27 DE JUNHO DE 2022

Denomina Rua Hermilo Galdino de Melo (Mestre Hermilo), logradouro inominado localizado no Bairro Alto da Esperança e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE/RN, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominado de Rua Hermilo Galdino de Melo (Mestre Hermilo) o logradouro inominado, localizado nos fundos da Rua Antonio de Oliveira Filho, Alto da Esperança.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Grande/RN, 27 de junho de 2022.


FRANCISCO DAS CHAGAS EUFRÁSIO VIEIRA DE MELO
Prefeito Municipal

Estado do Rio Grande do Norte
Prefeitura Municipal de Campo Grande
GABINETE DO PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº 447/2022
DE 27 DE JUNHO DE 2022

“Cria e inclui no calendário de eventos oficiais do Município de Campo Grande, a Festa do Leite e dá outras providências.”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE/RN, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criada no Município de Campo Grande/RN e inclusa no calendário oficial de eventos, a Festa do Leite, a realizar-se uma (01) vez por ano, preferencialmente no mês de julho.

Art. 2º. Para o cumprimento do disposto no artigo anterior compete à Administração em parceria com outros órgãos:

- I – Buscar e celebrar parcerias com instituições públicas ou privadas para a realização e o aprimoramento do evento;
- II – Estabelecer a programação e o regulamento a ser utilizado nas competições integrantes da Festa;
- III – Preparar o ambiente para chegada dos animais, disponibilizando instalações que privilegiem o conforto animal;
- IV – Disponibilizar servidores públicos para atuarem na organização do evento;
- V – Designar Médico Veterinário responsável pelo Torneio Leiteiro;
- VI – Garantir o regular abastecimento de água e ração destinadas ao rebanho participante

Art. 3º. Fica o Município de Campo Grande/RN autorizado a premiar, na forma estabelecida em Decreto do Poder Executivo Municipal, os animais participantes e/ou vencedores do Torneio Leiteiro.

Art. 4º. O Município fica autorizado a comprar diretamente do produtor e distribuir, através da Secretaria de Desenvolvimento Social, todo o leite ou seus derivados produzidos durante a realização da Festa do Leite.

Art. 6º. A presente Lei deverá ser regulamentada no prazo de 30 (trinta) dias.



JOCG

Ano 2022 • Edição

1133

Jornal Oficial de Campo Grande

Campo Grande/RN • segunda-feira, 27 de junho de 2022 • R\$ 2,00

PREFEITO FRANCISCO DAS CHAGAS EUFRÁSIO VIEIRA DE MELO

Art. 7º. As despesas com a execução desta Lei, correrão por conta das verbas orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 8º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Grande/RN, 27 de junho de 2022.

Francisco das Chagas Eufrásio Vieira de Melo
Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA

O Município de Campo Grande desde os seus primórdios demonstrou forte vocação para atividade pecuária, sendo atualmente uma das principais bacias leiteiras do Estado e fornecendo leite para diversos laticínios da região.

Atento a estas potencialidades, o Poder Público não poderia se eximir de tomar medidas que visem incentivar o produtor a compartilhar seus conhecimentos, divulgar sua produção e conhecer novas técnicas para aprimoramento do seu rebanho.

Nesse sentido e visando incluir a cidade de Campo Grande no calendário das grandes feiras agropecuárias do Estado, é que remetemos a esta Egrégia Câmara Municipal o incluso Projeto de Lei que visa criar em nosso Município a Festa do Leite, resgatando, inclusive, a realização de Torneios Leiteiros, que em tempos passados já chegaram a ser executados em nossa terra.

Ante o exposto, contamos com a honrosa colaboração de Vossa Excelências nesse importante projeto.

Campo Grande/RN, 09 de junho de 2022.


FRANCISCO DAS CHAGAS EUFRÁSIO VIEIRA DE MELO
Prefeito Municipal

Estado do Rio Grande do Norte
Prefeitura Municipal de Campo Grande
GABINETE DO PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº 448/2022
DE 27 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da lei orçamentária para o exercício de 2023 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE/RN, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição

Federal, no art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, no art. 105 da Lei Orgânica do Município de Campo Grande, e nos dispositivos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, ficam fixadas as diretrizes orçamentárias do Município de Campo Grande, as quais orientarão a elaboração da Lei Orçamentária Anual - LOA para o exercício de 2023.

Art. 2º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual relativo ao exercício de 2022 deverá assegurar os princípios da justiça, da participação popular, do controle social, da transparência e da sustentabilidade na elaboração e execução do orçamento.

Art. 3º - As normas contidas nesta Lei alcançam todos os órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Campo Grande.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar ao Plano Plurianual para o período 2022/2025 todas e quaisquer alterações aprovadas nesta Lei de Diretrizes Orçamentárias.

CAPÍTULO I DA PRECEDÊNCIA DAS METAS E PRIORIDADES

Art. 5º - Atendidas as metas priorizadas para o exercício de 2023, a Lei Orçamentária Anual contemplará o atendimento de outras metas que integrem o Plano Plurianual correspondente ao período 2022/2025.

Art. 6º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual ou seus créditos adicionais poderão incluir, excluir ou alterar as ações do Anexo I – Ações Voltadas ao Desenvolvimento dos Programas Governamentais – desta Lei, bem como seus respectivos produtos, metas, unidades de medida e valores, apropriando ao programa correspondente as modificações realizadas.

Art. 7º - A LOA não consignará recursos para o início de novos projetos se não estiverem adequadamente atendidos aqueles em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público.

§ 1º - A regra constante do caput deste artigo aplica-se no âmbito de cada fonte de recursos, conforme vinculações legalmente estabelecidas.

§ 2º - Entende-se por adequadamente atendidos os projetos cuja realização física esteja conforme o cronograma físico-financeiro pactuado e em vigência.

§ 3º - Para cumprimento do art. 45 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, deverá ser demonstrado em Anexo de Obras em Andamento a relação das obras em andamento, com suficiente dotação orçamentária consignada para o orçamento de 2023.

Art. 8º - Para os efeitos do art. 16, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, entende-se como despesas irrelevantes aquelas cujos valores não ultrapassem para contratação de obras, bens e serviços, os limites estabelecidos, respectivamente, nos incisos I e II, do art. 24, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no inciso II do art. 75 da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021.

Art. 9º - Para fins do disposto no art. 4º, I, “e”, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, cabe ao Executivo instituir sistema para



JOCG

Ano 2022 • Edição

1133

Jornal Oficial de Campo Grande

Campo Grande/RN • segunda-feira, 27 de junho de 2022 • R\$ 2,00

PREFEITO FRANCISCO DAS CHAGAS EUFRÁSIO VIEIRA DE MELO

controlar os custos e avaliar os resultados dos programas financiados pelo orçamento municipal.

Art. 10 - As transferências entre os órgãos dotados de personalidade jurídica própria, assim como os fundos especiais que compõem a Lei Orçamentária Anual, ficam condicionadas às normas constantes nas respectivas leis instituidoras ou leis específicas, não se aplicando, no caso, o disposto no artigo 9º desta Lei.

Parágrafo único. No exercício de 2023, são destinados à administração indireta recursos orçamentários para a manutenção, custeio e investimentos daqueles entes, assim consignados, a saber, Câmara de Vereadores e Instituto de Previdência própria, conforme legislação vigente.

Art. 11 - Fica o Executivo autorizado a arcar com despesas de responsabilidade de outras esferas do Poder Público, desde que, firmados os respectivos convênios, termos de acordo, ajuste ou congêneres, haja recursos orçamentários disponíveis e que esteja amparado pela legislação citada no art. 1º desta Lei.

Art. 12 - Até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2023, cabe ao Executivo estabelecer cronograma mensal de desembolso, de modo a compatibilizar a realização de despesas ao efetivo ingresso das receitas municipais.

§ 1º - O cronograma de que trata o caput deste artigo priorizará o pagamento de despesas obrigatórias do Município em relação às despesas de caráter discricionário e respeitará todas as vinculações constitucionais e legais existentes.

§ 2º - No caso de órgãos da Administração Indireta, os cronogramas serão definidos individualmente, respeitando-se sempre a programação das transferências previstas na Lei Orçamentária Anual.

§ 3º - Os repasses de recursos financeiros do Executivo para o Legislativo comporão o cronograma de que trata este artigo, devendo os valores mensais serem definidos conforme apuração de cálculo nos moldes da EC 20/2000, de acordo com o resultado da arrecadação de 2021.

CAPÍTULO II DAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS AO TERCEIRO SETOR

Art. 13 - Na realização de programas de competência do Município, pode este transferir recursos às instituições privadas sem fins lucrativos, desde que mediante celebração de convênio, ajuste ou congêneres, no qual fiquem claramente definidos os deveres e obrigações de cada parte, forma e prazos para prestação de contas.

§ 1º - No caso de transferências a pessoas, é exigida autorização em lei específica que tenha por finalidade a regulamentação de programa pelo qual essa transferência será efetuada.

§ 2º - A regra de que trata o caput deste artigo aplica-se às transferências a instituições públicas vinculadas à União, ao Estado ou a outro Município.

Art. 14 - Durante o exercício de 2023, poderão ser destinados recursos a entidades privadas, de natureza continuada, sem fins lucrativos, de atendimento ao público na área de assistência social ou que estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social, de Saúde, Educação e Esportes.

§ 1º - As entidades privadas a serem beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, serão submetidas à fiscalização do Poder Público com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§ 2º - O Poder Executivo deverá exigir as prestações de contas das entidades beneficiadas nos moldes das instruções do Tribunal de Contas do Estado, em especial a Resolução nº 028/2020-TCE, que devem ser encaminhadas até o dia 31 de janeiro do exercício subsequente, ou ainda nos termos do convênio firmado entre as partes, sob pena de suspensão dos repasses no caso de desobediência.

§ 3º - As dotações incluídas na Lei Orçamentária Anual para a sua execução dependem ainda de:

I - normas a serem observadas na concessão de auxílios, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;

II - plano de trabalho devidamente aprovado;

III - identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio;

IV - certificação de regularidade da entidade junto ao respectivo conselho municipal;

V - declaração do beneficiário comprometendo-se a aplicar, nas atividades-fim, ao menos 80% (oitenta por cento) de sua receita total, com a comprovação documental deste fato, caso solicitada pelo agente fiscalizador da Prefeitura de Campo Grande;

VI - manifestação prévia e expressa do setor técnico e da assessoria jurídica do governo concedente;

VII - declaração de funcionamento regular, emitida por duas autoridades de outro nível de governo;

VIII - não possuir agentes políticos do governo concedente na condição de associados ou gestores de qualquer natureza.

CAPÍTULO III DAS METAS FISCAIS

Art. 15 - As metas de resultados fiscais do Município para o exercício de 2023 estão estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais – Demonstrativo I ao VIII, integrante desta Lei, compreendendo:

I - Demonstrativo I, contendo as metas anuais;

II - Demonstrativo II, contendo a avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;

III - Demonstrativo III, contendo as metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;

IV - Demonstrativo IV contendo a evolução do patrimônio líquido;

V - Demonstrativo V, contendo a origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;

VI - Demonstrativo VI, contendo as receitas e despesas previdenciárias



JOCG
Ano 2022 • Edição

1133

Jornal Oficial de Campo Grande

Campo Grande/RN • segunda-feira, 27 de junho de 2022 • R\$ 2,00

PREFEITO FRANCISCO DAS CHAGAS EUFRÁSIO VIEIRA DE MELO

do RPPS e projeção atuarial do RPPS;

VII - Demonstrativo VII, contendo a estimativa e compensação da renúncia de receita;

VIII - Demonstrativo VIII, contendo a margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

Art. 16 - Integra esta Lei o Anexo de Riscos Fiscais - Demonstrativo I – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências, onde são avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, com indicação das providências a serem tomadas pelo Poder Executivo, caso se concretizem.

Parágrafo Único: As metas fiscais previstas no Caput do art. 15, desta Lei poderão ser ajustadas no Projeto da Lei Orçamentária, se verificado, quando da sua elaboração, alterações dos parâmetros macroeconômicos utilizados na estimativa das receitas e despesas e do comportamento da respectiva execução

Art. 17 - A reserva de contingência a ser incluída na LOA é constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, e será fixada em no mínimo 1% (um por cento) da receita corrente líquida.

§ 1º - Ocorrendo a necessidade de serem atendidos passivos contingentes e outros riscos fiscais, conforme demonstrado no Anexo de Riscos Fiscais, o Executivo providenciará a abertura de créditos adicionais à conta de reserva de que trata o caput deste artigo, na forma do artigo 42, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

§ 2º - No caso de não ocorrer a utilização do saldo da reserva de contingência, no todo ou em parte até o encerramento do segundo quadrimestre do exercício de 2022, o valor reservado poderá ser utilizado para cobertura de créditos adicionais especiais e suplementares, autorizados na forma do art. 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 18 - Na hipótese de ser constatada, após o encerramento de cada bimestre, frustração na arrecadação de receitas capazes de comprometer a obtenção dos resultados nominal e primário fixados no Anexo de Metas Fiscais, por atos a serem adotados nos 30 (trinta) dias subsequentes, o Executivo e o Legislativo determinarão a limitação e movimentação financeira, em montantes necessários à preservação dos resultados estabelecidos.

§ 1º - Ao determinarem a limitação de empenho e movimentação financeira, os Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo adotarão critérios que produzam o menor impacto possível nas ações de caráter social, particularmente a educação, saúde e assistência social, os quais serão regulamentados em Decreto, respeitando as seguintes prioridades de investimento:

- I – cumprimento dos percentuais mínimos de aplicação de recursos vinculados, nos termos da legislação vigente;
- II – execução de contrapartidas referentes a transferências de receitas de outros entes da federação; e
- III – cumprimento das metas estipuladas no Plano Plurianual 2022-2025.

§ 2º - Não se admite a limitação de empenho e movimentação financeira

nas despesas vinculadas em caso de frustração na arrecadação não vinculada.

§ 3º - Não são objeto de limitação de empenho e movimentação financeira as despesas que constituam obrigações legais do Município, inclusive as destinadas ao pagamento do serviço da dívida e precatórios judiciais.

§ 4º - A limitação de empenho e movimentação financeira também será adotada na hipótese de ser necessária a redução de eventual excesso da dívida consolidada em relação à meta fixada no Anexo de Metas Fiscais, obedecendo-se ao que dispõe o art. 31, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 19 - A limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 18 pode ser suspensa, no todo ou em parte, caso a situação de frustração se reverta nos bimestres seguintes.

CAPÍTULO IV DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 20. Os projetos de lei que disponham sobre alterações na área da administração tributária devem observar a capacidade econômica do contribuinte, bem como os demais princípios constitucionais tributários, em especial aqueles previstos nos artigos 150, 151 e 152, da Constituição Federal.

Art. 21. Os efeitos das alterações na legislação tributária são considerados na estimativa da receita, especialmente os relacionados com:

- I – definições decididas com a participação da sociedade;
- II – revisão dos benefícios e incentivos fiscais existentes, bem como alteração na legislação tributária acessória;
- III – crescimento real do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU;
- IV – medidas do Governo Federal e Estadual que retiram receitas do Município;
- V – promoção da educação tributária;
- VI – retenção na fonte do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN;
- VII – responsabilidade pelo pagamento do ISSQN por substituição tributária;
- VIII – recolhimento do ISSQN por regime de estimativa;
- IX – modernização e desenvolvimento de métodos de auditoria fiscal com uso de tecnologia de informação, mediante formação e utilização de bases de dados a partir das informações declaradas e obtidas por meio de convênios com outros entes da federação e pelo Sistema de Emissão de Nota Fiscal de Serviços na Forma Eletrônica – NFS-e
- X – modernização e agilização dos processos de cobrança e controle dos créditos tributários, com ênfase nas prestações de garantia, inclusive com a formação de inventário patrimonial dos devedores, na dinamização do contencioso administrativo e firmar convênios com órgãos de proteção ao crédito, objetivando criar mecanismos que permitam o incremento da arrecadação;
- XI – fiscalização por setores de atividade econômica e dos contribuintes com maior representação na arrecadação;
- XII – tratamento tributário diferenciado à microempresa, ao



JOCG

Ano 2022 • Edição

1133

Jornal Oficial de Campo Grande

Campo Grande/RN • segunda-feira, 27 de junho de 2022 • R\$ 2,00

PREFEITO FRANCISCO DAS CHAGAS EUFRÁSIO VIEIRA DE MELO

microprodutor rural, à empresa de pequeno porte e ao produtor rural de pequeno porte;

XIII – estabelecimento da alíquota de ISSQN, de acordo com as disposições da legislação municipal existente.

Art. 22 - Os projetos de lei de concessão de anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que impliquem redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado, devem ser instruídos com demonstrativo evidenciando que não serão afetadas as metas de resultado nominal e primário.

Art. 23 - Quando decorrente de incentivos fiscais, a renúncia de receita será considerada na estimativa da Lei Orçamentária Anual.

CAPÍTULO V DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 24 - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da LOA para 2022 devem atender ao previsto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e demais disposições legais, especialmente a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e alterações, observar às diretrizes fixadas nesta Lei e, em especial, ao equilíbrio entre receitas e despesas, compreendendo:

- I – Orçamento Fiscal, e
- II – Orçamento da Seguridade Social

§ 1º - O Orçamento Fiscal e da Seguridade Social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação, a fonte de recursos e os grupos de despesa, conforme a seguir descrito:

- I – 1-Pessoal e Encargos Sociais;
- II – 2 – Juros e Encargos da Dívida;
- III – 3 – Outras Despesas Correntes;
- IV – 4 – Investimentos;
- V – 5 – Inversões Financeiras;
- VI – 6 – Amortização da Dívida.

§ 2º - Deverão ser devidamente alocados os recursos relativos aos percentuais exigidos pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica Municipal para as áreas da Educação e da Saúde, inclusive no que concerne ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb.

§ 3º - Na estimativa dos recursos orçamentários, devem ser incluídos os recursos transferidos, inclusive os oriundos de convênios com outras esferas de governo e os destinados a fundos especiais, bem como são considerados os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante.

Art. 25 - Cabe à Procuradoria do Município encaminhar ao órgão responsável pelo orçamento a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta orçamentária de 2022, especificando a natureza e o valor dos mesmos.

Art. 26 - Na elaboração da proposta orçamentária para 2022, será observado o comportamento dos gastos dos respectivos órgãos efetivamente realizados nos exercícios anteriores corrigidos segundo os indicadores econômicos oficiais.

Parágrafo único. Podem ser realizados ajustes necessários para o atendimento das metas e prioridades estabelecidas nesta Lei.

Art. 27 - A Lei Orçamentária Anual para 2023 assegurará recursos para o pagamento dos serviços da dívida pública municipal e dos precatórios.

Art. 28 - A Lei Orçamentária Anual indicará, em quadro anexo, o demonstrativo dos programas relativos à Saúde, Previdência e Assistência Social destinados à Seguridade Social, mediante consolidação dos orçamentos dos entes que os desenvolvem e dos fundos mantidos pelo Poder Público.

Art. 29 - O Projeto de Lei Orçamentária Anual poderá computar na receita:

- I – operações de crédito autorizadas por lei específica;
- II – operações de crédito a serem autorizadas na própria lei orçamentária;
- e
- III – os efeitos de programas de alienação de bens imóveis e de incentivo ao pagamento de débitos inscritos na dívida ativa do Município.

§ 1º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual poderá considerar, na previsão de receita, a estimativa de arrecadação decorrente das alterações na legislação tributária, propostas nos termos do artigo 21 desta Lei.

§ 2º - Nos casos dos incisos I e II deste artigo, a LOA deverá conter demonstrativos especificando, por operações de crédito, as dotações de projetos e atividades a serem financiados com tais recursos.

CAPÍTULO VI DA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 30 - Cabe à Mesa da Câmara Municipal elaborar sua proposta orçamentária para o exercício de 2023 e remeter ao Executivo até 30 (trinta) dias antes do prazo previsto para remessa do Projeto de Lei Orçamentária ao Poder Legislativo.

Art. 31 - O Executivo deve encaminhar ao Poder Legislativo os estudos e estimativas das receitas para o exercício de 2023 e a receita corrente líquida, acompanhados das memórias de cálculo, em até 45 (quarenta e cinco) dias antes do prazo previsto para remessa do Projeto de Lei Orçamentária do Poder Legislativo.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS



JOCG

Ano 2022 • Edição

1133

Jornal Oficial de Campo Grande

Campo Grande/RN • segunda-feira, 27 de junho de 2022 • R\$ 2,00

PREFEITO FRANCISCO DAS CHAGAS EUFRÁSIO VIEIRA DE MELO

Art. 32 - O Poder Executivo por intermédio da Secretaria Municipal de Administração publicará até 31 de dezembro de 2022, a tabela de Cargos Efetivos e Comissionados integrantes do quadro geral de pessoal, demonstrando os quantitativos de cargos ocupados por servidores estáveis e não-estáveis e de cargos vagos.

Art. 33 - No exercício financeiro de 2023 as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo, observarão os limites estabelecidos no Artigo 20, II e alíneas da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 34 - A criação de quaisquer vantagens, implantação de planos de carreiras ou realização de concurso público dos órgãos da administração direta e indireta, será sempre precedida de autorização legislativa.

Parágrafo único. O Poder Legislativo observará o cumprimento do disposto neste artigo, mediante ato próprio de seu Presidente.

Art. 35 - No exercício de 2023, observado o disposto no Art. 169, da Constituição Federal, somente poderão ser admitidos servidores se, cumulativamente:

I- Estiver em conformidade com o disposto nos artigos 21 e 22 da Lei Complementar 101/2000; e

II- Houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento das despesas correspondentes.

§ 1º - A lei que autorizar a realização de concurso público para admissão de servidores deverá ser acompanhada da estimativa do impacto orçamentário financeiro conforme estabelece o art. 16 da Lei Complementar 101/2000.

§ 2º - Se a despesa de pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do art. 21 e 22 da Lei Complementar Federal nº 101/00 a contratação de hora extra, fica restrita às necessidades emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

CAPÍTULO VIII DOS CRÉDITOS ADICIONAIS

Art. 36 - As solicitações de abertura de créditos adicionais, dentro dos limites autorizados na Lei Orçamentária Anual, serão submetidas à Secretaria Municipal de Finanças, acompanhadas de justificativas, de indicação dos efeitos dos acréscimos e reduções de dotações sobre a execução das atividades, dos projetos e das operações especiais atingidas e das correspondentes metas.

§ 1º A Lei Orçamentária Anual estabelecerá em percentual os limites para abertura de créditos suplementares e especiais, não compreendido entre os limites das alterações orçamentárias, os remanejamentos internos e as transposições e transferências de recursos entre unidades orçamentárias da Administração Municipal.

§ 2º As anulações de categorias de programação já existentes, entre

unidades orçamentárias diferentes, no limite da autorização orçamentária mencionada no parágrafo anterior, serão operacionalizadas por crédito suplementar e abertos por Decreto do Poder Executivo.

§ 3º As alterações decorrentes da abertura de créditos adicionais integrarão os quadros de detalhamento de despesas.

§ 4º Ficam autorizados os remanejamentos, transposições e transferências orçamentárias na forma definida no Art. 167, inciso VI §5º da Constituição Federal.

Art. 37 - As movimentações de recursos de uma ação entre elementos de despesa pertencentes a mesma categoria econômica e mesma modalidade de aplicação não serão considerados créditos suplementares, e sim alterações de quadro de detalhamento de despesa, sem alterações de metas.

Parágrafo único. As movimentações de que trata o caput serão realizadas diretamente no Sistema de Controle Orçamentário do Município.

Art. 38 - É vedada a inclusão de dotações na lei orçamentária e em seus créditos adicionais a título de auxílios, para entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos, conforme disposto no art. 13, desde que sejam:

- I- De atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para o ensino especial;
- II- Qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, de acordo com a Lei Federal no 9.790, de 23 de março de 1999 e consórcios intermunicipais.

CAPÍTULO IX DA RENÚNCIA FISCAL

Art. 39 - Todo projeto de lei enviado pelo Executivo versando sobre concessão de anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado, deverá ser instruído com demonstrativo de que não prejudicará o cumprimento de obrigações constitucionais, legais e judiciais a cargo do Município e que não afetará as metas de resultado nominal e primário, bem como as ações de caráter social, particularmente a educação, saúde e assistência social.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 40 - Se o Projeto de Lei Orçamentária Anual não for devolvido à sanção do Executivo até o último dia do exercício de 2022, fica este Poder autorizado a realizar a proposta orçamentária do referido projeto até a sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo na base de 1/12 (um doze avos) em cada mês.

Art. 41 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande/RN, 27 de junho de 2022.



JOCG

Ano 2022 • Edição

1133

Jornal Oficial de Campo Grande

Campo Grande/RN • segunda-feira, 27 de junho de 2022 • R\$ 2,00

PREFEITO FRANCISCO DAS CHAGAS EUFRÁSIO VIEIRA DE MELO

Francisco das Chagas Eufrásio Vieira de Melo
Prefeito Municipal

JORNAL OFICIAL DE CAMPO GRANDE É UMA PUBLICAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE, INSTITUÍDO PELA LEI N.º 128/2009.

FRANCISCO DAS CHAGAS EUFRÁSIO VIEIRA DE MELO
PREFEITO

GRIMALDO GONDIM DE OLIVEIRA
VICE-PREFEITO

GILVANIRA GONDIM DE MOURA
GABINETE DO PREFEITO

ANTONIA HORTÊNCIA ROCHA DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

COMISSÃO DO JORNAL OFICIAL DE CAMPO GRANDE

DIRETOR GERAL
GRIMALDO GONDIM DE OLIVEIRA

DIAGRAMAÇÃO
ANTONIA HORTÊNCIA ROCHA DA SILVA

ENDEREÇO:

Rua Antonio Veras, 065 – Centro – Campo Grande/RN, CEP: 59680-000, Fone: (84) 33622900

Home: www.campogrande.rn.gov.br

LDO 2023

**Lei de Diretrizes
Orçamentárias**

**Anexo I
Riscos Fiscais**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2023
ANEXO I

RISCOS FISCAIS

Conceito: Riscos Fiscais podem ser conceituados como a possibilidade da ocorrência de eventos que venham a impactar negativamente as contas públicas, eventos estes resultantes da realização das ações previstas no programa de trabalho para o exercício ou decorrentes das metas de resultados, correspondendo, assim, aos riscos provenientes das obrigações financeiras do governo.

As possibilidades de Riscos Fiscais ocorrem a partir de prováveis existências de Passivos Contingentes e Outros Riscos Fiscais. Para enfrentamento dessas situações, a gestão deve planejar quais providências serão adotadas.

O Anexo de Riscos Fiscais, como parte da gestão de riscos fiscais no setor público, é o documento que identifica e estima os riscos fiscais, além de informar sobre as opções estrategicamente escolhidas para enfrentar os riscos. Não há previsões de riscos para os anos de referência da LDO.

DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS			
PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
DESCRIÇÃO	VALOR	DESCRIÇÃO	VALOR
Demandas Judiciais	-	Abertura de créditos adicionais a partir da reserva de contingência	-
Dívidas em Processo de Reconhecimento	-		-
Avais e Garantias Concedidas		Abertura de créditos adicionais a partir da reserva de contingência	-
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas			
Outros Passivos Contingentes			
SUBTOTAL	0,00	SUBTOTAL	0,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
DESCRIÇÃO	VALOR	DESCRIÇÃO	VALOR
Frustração de Receitas	-	Limitação de empenho	-
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de projetos			
Outros Riscos Fiscais			
SUBTOTAL	-	SUBTOTAL	-
TOTAL	-	TOTAL	-

FONTE: Secretaria Municipal de Finanças

LDO 2023

**Lei de Diretrizes
Orçamentárias**

Anexo de Metas Fiscais

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2023
ANEXO II
METAS FISCAIS

Em atendimento ao disposto no art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e em conformidade com o determinado na Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional de nº 924, de 8 de julho de 2021, 12ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais- o presente Anexo de Metas Fiscais contém os seguintes demonstrativos:

Demonstrativo 1 – Metas Anuais;

Demonstrativo 2 – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

Demonstrativo 3 – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas

nos Três Exercícios Anteriores;

Demonstrativo 4 – Evolução do Patrimônio Líquido;

Demonstrativo 5 – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

Demonstrativo 6 – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

Demonstrativo 7 – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

1. Metas Anuais

1.1. Metas Anuais de 2023 a 2025

O demonstrativo em análise estabelece as metas fiscais da Administração Municipal de Campo Grande, Rio Grande do Norte, para o exercício de 2023 e indica as metas para 2024 e 2025 em valores correntes e constantes, destacando receitas e despesas, totais e primárias, dívida pública consolidada e dívida consolidada líquida.

As metas indicadas para os anos de 2024 e 2025 deverão ser revistas nas próximas proposições de suas diretrizes orçamentárias.

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4o., Parág. 1o.)

ESPECIFICAÇÃO	2023				2024				2025			
	VALOR CORRENTE (a)	VALOR CONSTANTE	% PIB (a /PIB) X 100	% RCL(a/RCL)	VALOR CORRENTE (b)	VALOR CONSTANTE	% PIB (b /PIB) X 100	% RCL (b / RCL)	VALOR CORRENTE	VALOR CONSTANTE	% PIB (c /PIB) X 100	% RCL (c / RCL) X 100
Receita Total	33.889.729,50	32.275.932,86	0,000	1,354	34.985.516,09	33.319.539,13	0,000	1,357	36.116.746,85	34.396.901,76	0,000	1,360
Receita Primária (I)	33.828.664,50	32.217.775,71	0,000	1,351	34.922.619,14	33.259.637,27	0,000	1,355	36.051.962,99	34.335.202,84	0,000	1,358
Despesa Total	33.889.729,50	32.275.932,86	0,000	1,354	34.906.421,39	33.244.210,84	0,000	1,354	35.954.123,07	34.242.021,97	0,000	1,354
Despesas Primárias(II)	33.219.049,50	31.637.190,00	0,000	1,327	34.215.620,99	32.586.305,70	0,000	1,327	35.242.598,65	33.564.379,67	0,000	1,327
Resultado Primário (III)=(I - II)	609.615,00	580.585,71	0,000	0,024	627.903,45	673.331,57	0,000	0,024	646.740,55	770.823,17	0,000	0,024
Resultado Nominal	-	-	0,000	0,000	-	-	0,000	0,000	-	-	0,000	0,000
Dívida Pública Consolidada	5.758.944,96	5.484.709,49	0,000	0,230	5.586.176,61	5.320.168,20	0,000	0,217	5.418.591,31	4.553.438,08	0,000	0,204
Dívida Consolidada Líquida	3.426.594,51	3.263.423,34	0,000	0,137	3.323.796,67	3.165.520,64	0,000	0,129	3.224.082,77	3.070.555,02	0,000	0,121
Receitas Primárias advindas de PPP(IV)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Despesas Primárias geradas por PPP(V)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Impaco do saldo das PPP(VI)=(IV-V)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças

Para melhor entendimento, cabem aqui os seguintes conceitos:

a) Receitas Primárias: Correspondem ao total das receitas orçamentárias correntes e de capital, deduzidas das receitas financeiras, que não contribuem para o resultado primário do exercício e são adquiridas junto ao mercado financeiro, decorrentes da contratação de operações de crédito por organismos oficiais, das receitas de aplicações financeiras, juros recebidos, amortização de empréstimos concedidos, bem como a alienação investimentos.

b) Despesas Primárias: Correspondem ao total das despesas orçamentárias correntes e de capital, deduzidas as despesas financeiras, que não contribuem para o resultado primário do exercício e são que pagas ao mercado financeiro, como amortizações de empréstimos e juros e encargos da dívida contratada.

c) Resultado Primário: Pelo método acima da linha representa a diferença entre as receitas primárias totais realizadas e as despesas primárias totais pagas. O resultado positivo corresponde a um superávit de fluxo de caixa primário e o negativo a um déficit de fluxo de caixa primário.

d) Resultado Nominal: Para fins do arcabouço normativo criado pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pela Resolução do Senado Federal nº 40/2001, esse resultado representa a variação da Dívida Consolidada Líquida – DCL, em um dado período, e pode ser obtido pelo método “acima da linha” por meio da soma, ao resultado primário, da conta de juros ativos e passivos.

e) Dívida Pública Consolidada: corresponde ao montante apurado das obrigações financeiras do ente da Federação decorrente de emissão de títulos, assumidos em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados; da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento; e dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos.

f) Dívida Consolidada Líquida/DCL: corresponde à dívida pública consolidada menos as deduções que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros líquidos dos restos a pagar processados.

1.2. Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais

O cálculo das metas descritas no Demonstrativo I foi realizado considerando-se os seguintes parâmetros macroeconômicos, constantes do Relatório Focus do Banco Central de Brasil, de fevereiro de 2022:

Nota Técnica: Fonte das variáveis-Relatório Focus do Banco Central - 02/2022

VARIÁVEIS	2023	2024	2025
PIB real (crescimento % anual)	1,55	2,5	2,5
IPCA (%)	3,51	3,09	3,09
Taxa de Cambio (R\$/US\$ - Fim de período)	R\$5,26		
Inflação média(%anual) proj. com base em índice oficial de inflação	3,5%	3,00%	3,00%
Dívida Líquida do Setor Público(% do PIB-União)	63%	65%	67%
Proj. do PIB do Estado - R\$ em bilhões (ref. 2018 = 68.276) (proj. cresc. 1,2% a.a)	71.377.000.000,00	72.090.770.000,00	72.811.680.000,00
Receita Corrente Líquida Município- RCL	25.031.511,92	25.782.457,28	26.555.930,99

Nota Técnica: Fonte das variáveis-Relatório Focus do Banco Central - 26/03/2021

Para efetuar o cálculo em valores constantes de 2023, os valores correntes foram deflacionados com base nas variações previstas para o Índice de Preço ao Consumidor Amplo/ IPCA, destacados na tabela acima.

1.2.1. Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas

As metas anuais de receitas do Município de Campo Grande/RN foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Valores nominais

Especificação	Previsão		
	2023	2024	2025
RECEITAS CORRENTES	R\$ 31.557.357,00	R\$ 32.577.341,48	R\$ 33.630.306,56
Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	R\$ 1.452.829,50	R\$ 1.496.414,39	R\$ 1.541.306,82
Contribuições	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Receitas Patrimoniais	R\$ 61.065,00	R\$ 62.896,95	R\$ 64.783,86
Receitas de Valores Mobiliários	R\$ 61.065,00	R\$ 62.896,95	R\$ 64.783,86
Receitas de Serviços	R\$ 3.105,00	R\$ 3.198,15	R\$ 3.294,09
Transferências Correntes	R\$ 29.305.507,50	R\$ 30.257.936,49	R\$ 31.241.319,43
Cota-Parte do FPM	R\$ 12.689.100,00	R\$ 13.069.773,00	R\$ 13.461.866,19
Cota-parte do ITR	R\$ 11.385,00	R\$ 11.726,55	R\$ 12.078,35
Cota-Parte do ICMS Deson-LC 87/96	R\$ 4.140,00	R\$ 4.264,20	R\$ 4.392,13
Cota-Parte do ICMS	R\$ 3.829.500,00	R\$ 3.944.385,00	R\$ 4.062.716,55
Cota-Parte do IPI	R\$ 33.120,00	R\$ 34.113,60	R\$ 35.137,01
Cota-Parte do IPVA	R\$ 256.680,00	R\$ 264.380,40	R\$ 272.311,81
Transferências do SUS	R\$ 2.564.212,50	R\$ 2.641.138,88	R\$ 2.720.373,04
Transferências do Fundeb	R\$ 8.121.645,00	R\$ 8.365.294,35	R\$ 8.616.253,18
Outras Transferências Correntes	R\$ 1.795.725,00	R\$ 1.849.596,75	R\$ 1.905.084,65
Outras Receitas Correntes	R\$ 734.850,00	R\$ 756.895,50	R\$ 779.602,37
Outras Receitas Financeiras	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Receitas Correntes Restantes	R\$ 734.850,00	R\$ 756.895,50	R\$ 779.602,37
RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 2.332.372,50	R\$ 2.408.174,61	R\$ 2.486.440,28
Operações de Crédito	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Alienações	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Alienações de bens móveis	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Alienações de bens imóveis	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Transferências de Capital	R\$ 2.332.372,50	R\$ 2.408.174,61	R\$ 2.486.440,28
Transferências de Capital	R\$ 2.332.372,50	R\$ 2.402.343,68	R\$ 2.474.413,99
Outras Receitas de Capital	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Receitas Correntes Intraorçamentárias	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Contribuições Sociais	R\$ -	R\$ -	R\$ -
TOTAL	R\$ 33.889.729,50	R\$ 34.985.516,09	R\$ 36.116.746,85

As descrições seguintes apresentam a metodologia e o cálculo das principais fontes de receitas do Município:

1.2.1.1. Receitas Correntes

As Receitas Correntes são ingressos de recursos financeiros, que podem ser arrecadados no próprio Município ou recebidos por meio de transferências da União ou do Estado

A base das projeções desta categoria de receitas são as variáveis macroeconômicas citadas, sobretudo os comportamentos esperados para o PIB e para a inflação nos períodos vindouros, aplicados sobre a receita projetada em 2022. Estima-se, então, as receitas para 2023 a 2025, comparando-se, ainda, com as arrecadações efetivas em 2020 e 2021, conforme detalhado a seguir:

Receitas Correntes

Metas Anuais		Valor nominal	Varição %
2020	R\$	23.861.698,60	
2021	R\$	25.848.156,46	1,08
2022	R\$	30.490.200,00	1,18
2023	R\$	31.557.357,00	1,04
2024	R\$	32.577.341,48	1,03
2025	R\$	33.630.306,56	1,03

a) Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria:

Os Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria de Campo Grande é composta por IPTU, Imposto de Renda Retido nas Fontes, ITBI, ISSQN, Taxas e Dívida Ativa.

O aumento gradual e constante previsto para os Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria provém da expectativa de continuidade na política de intensificação da fiscalização tributária municipal.

A tabela a seguir mostra o valor arrecadado em **2020, 2021** e projetado para 2023 a 2025.

Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria

Metas Anuais		Valor nominal	Varição %
2020	R\$	1.877.952,48	
2021	R\$	1.008.637,15	0,54
2022	R\$	1.403.700,00	1,39
2023	R\$	1.452.829,50	1,04
2024	R\$	1.496.414,39	1,03
2025	R\$	1.541.306,82	1,03

b) Contribuições:

Sua fonte de arrecadação no Município é a Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública.

Com base nos demonstrativos dos anos anteriores e no orçamento em execução, não há previsão para arrecadação de contribuições.

c) Receita Patrimonial:

Sua principal fonte de arrecadação é proveniente de recursos originados da remuneração de depósitos bancários.

Receita Patrimonial

Metas Anuais	Valor nominal	Variação %
2020	R\$ 6.812,45	
2021	R\$ 97.611,71	14,33
2022	R\$ 59.000,00	0,60
2023	R\$ 61.065,00	1,04
2024	R\$ 62.896,95	1,03
2025	R\$ 64.783,86	1,03

d) Receita de Serviços:

As principais fontes de arrecadação da Receita de Serviços são compostas pelos serviços administrativos e outros de menor importância.

Receita Serviços

Metas Anuais	Valor nominal	Variação %
2020	R\$ -	
2021	R\$ -	#DIV/0!
2022	R\$ -	#DIV/0!
2023	R\$ 3.105,00	#DIV/0!
2024	R\$ 3.198,15	1,03
2025	R\$ 3.294,09	1,03

e) Transferências Correntes:

Esta fonte de recursos incluem as transferências constitucionais, legais e voluntárias da União e do Estado de Rio Grande do Norte, as transferências multigovernamentais e as transferências de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

Os valores para 2023 a 2025 foram obtidos com base nas variações previstas para o Índice de Preço ao Consumidor Amplo/IPCA e o crescimento estimado do PIB.

A evolução desta fonte de receita tem apresentado uma performance positiva, situando-se sempre acima dos índices de inflação.

As projeções das transferências correntes são detalhadas a seguir:

Transferências Correntes

Metas Anuais	Valor nominal	Varição %
2020	R\$ 21.537.880,36	
2021	R\$ 24.656.340,16	1,14
2022	R\$ 28.314.500,00	1,15
2023	R\$ 29.305.507,50	1,04
2024	R\$ 30.257.936,49	1,03
2025	R\$ 31.241.319,43	1,03

f) Outras Receitas Correntes:

São incluídas neste grupo de receitas as multas, os juros, as indenizações e restituições, a dívida ativa de outras receitas correntes, dentre outras.

De acordo com o histórico recente de arrecadação das outras receitas correntes foram projetados os valores para 2023 a 2025.

Outras Receitas Correntes

Metas Anuais	Valor nominal	Varição %
2020	R\$ 439.053,31	
2021	R\$ 85.567,44	0,19
2022	R\$ 710.000,00	8,30
2023	R\$ 734.850,00	1,04
2024	R\$ 756.895,50	1,03
2025	R\$ 779.602,37	1,03

1.2.1.2. Receitas de Capital

Esta categoria econômica de receita compreende as operações de crédito, a alienação de bens, as transferências de capital e outras.

São estimados os seguintes valores para o período 2023 a 2025:

Receitas de Capital

Metas Anuais	Valor nominal	Varição %
2020	R\$ 1.185.332,27	
2021	R\$ 833.530,09	0,70
2022	R\$ 2.253.500,00	2,70
2023	R\$ 2.332.372,50	1,04
2024	R\$ 2.408.174,61	1,03
2025	R\$ 2.486.440,28	1,03

a) Operação de crédito:

Para o período de 2023 a 2025 não foram previstos recursos através da operação de crédito.

b) Alienações de Bens:

b1) Alienação de Bens Móveis

Para o período de 2023 a 2025 não foram previstos recursos através da operação de crédito

b1) Alienação de Bens Imóveis

Para o período de 2023 a 2025 não foram previstos recursos através da operação de crédito.

c) Transferências de Capital

De acordo com as metas do Município de Campo Grande anos de 2023 a 2025, foram estimadas exclusivamente com base em parâmetros econômicos, os seguintes valores de transferências de convênios firmados com a União e o Estado de Rio Grande do Norte para investimentos em programas nas áreas de saúde, educação, meio ambiente e infraestrutura.

Transferências de Capital

Metas Anuais	Valor nominal	Varição %
2020	R\$ 1.185.332,27	
2021	R\$ 833.530,09	0,70
2022	R\$ 2.253.500,00	2,70
2023	R\$ 2.332.372,50	1,04
2024	R\$ 2.408.174,61	1,03
2025	R\$ 2.486.440,28	1,03

e) Outras Receitas de Capital:

Não há estimativa de recebimentos de outras receitas de capital para o período de 2023 a 2025.

Outras Receitas de Capital

Metas Anuais	Valor nominal	Varição %
2020		
2021		
2022		
2023		
2024		
2025		

1.2.2. Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas

As metas anuais de despesas do Município de Campo Grande/RN foram projetadas de acordo com as estimativas de receita, objetivando o equilíbrio orçamentário financeiro e com base nas seguintes despesas orçamentárias:

Especificação	Previsão		
	2023	2024	2025
DESPESAS CORRENTES	R\$ 29.490.979,50	R\$ 30.375.708,89	R\$ 31.286.980,15
Pessoal e Encargos	R\$ 16.514.460,00	R\$ 17.009.893,80	R\$ 17.520.190,61
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 34.155,00	R\$ 35.179,65	R\$ 36.235,04
Outras Despesas Correntes	R\$ 12.942.364,50	R\$ 13.330.635,44	R\$ 13.730.554,50
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 4.201.065,00	R\$ 4.327.096,95	R\$ 4.456.909,86
Investimentos	R\$ 3.564.540,00	R\$ 3.671.476,20	R\$ 3.781.620,49
Inversões Financeiras	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Amortização da Dívida	R\$ 636.525,00	R\$ 655.620,75	R\$ 675.289,37
RESERVA DO RPPS	R\$ -	R\$ -	R\$ -
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 197.685,00	R\$ 203.615,55	R\$ 210.233,06
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	R\$ -	R\$ -	R\$ -
TOTAL	R\$ 33.889.729,50	R\$ 34.906.421,39	R\$ 35.954.123,07

Valores nominais

As descrições seguintes apresentam a metodologia e o cálculo das fontes de despesas do Município:

1.2.2.1. Despesas Correntes

As Despesas Correntes são as aquelas que se realizam de forma contínua, uma vez que estão ligadas à manutenção da ação governamental.

Compreendem as despesas de Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida e Outras Despesas Correntes.

Os valores realizados de 2020, 2021, os previstos para 202, 2023 a 2025 são apresentados na seguinte tabela:

Despesas Correntes

Metas Anuais	Valor nominal	Varição %
2020	R\$ 22.588.292,21	
2021	R\$ 22.562.141,08	1,00
2022	R\$ 28.493.700,00	1,26
2023	R\$ 29.490.979,50	1,04
2024	R\$ 30.375.708,89	1,03
2025	R\$ 31.286.980,15	1,03

a) Despesas de Pessoal e Encargos:

As despesas com pessoal e encargos sociais foram projetadas pela Administração Municipal com base nos valores gastos em 2021 e considerado o crescimento vegetativo da folha de pagamento, o reajuste anual e o preenchimento de cargos públicos necessários à ampliação, expansão ou criação de ação governamental.

Pessoal e Encargos

Metas Anuais	Valor nominal	Varição %
2020	R\$ 13.619.737,47	
2021	R\$ 13.301.243,40	0,98
2022	R\$ 15.956.000,00	1,20
2023	R\$ 16.514.460,00	1,04
2024	R\$ 17.009.893,80	1,03
2025	R\$ 17.520.190,61	1,03

b) Juros e Encargos da Dívida:

Para o período de 2023 a 2025 são previstos os seguintes valores relativos aos Juros e Encargos da Dívida:

Juros e Encargos da Dívida

Metas Anuais	Valor nominal	Varição %
2020	R\$ -	
2021	R\$ -	
2022	R\$ 33.000,00	-
2023	R\$ 34.155,00	1,04
2024	R\$ 35.179,65	1,03
2025	R\$ 36.235,04	1,03

c) Outras Despesas Correntes:

São incluídas neste grupo de despesas orçamentárias a aquisição de material de consumo, o pagamento de diárias, as contribuições e subvenções, a contratação de serviços terceiros, o pagamento de auxílio-alimentação, além de outras despesas.

Sua projeção teve como parâmetro os valores gastos no exercício imediatamente anterior, e o valor do orçamento atual e o fixado para os exercícios de 2023 a 2025, considerando os índices do IPCA.

Outras Despesas Correntes

Metas Anuais	Valor nominal	Varição %
2020	R\$ 8.968.554,74	
2021	R\$ 9.260.897,68	1,03
2022	R\$ 12.504.700,00	1,35
2023	R\$ 12.942.364,50	1,04
2024	R\$ 13.330.635,44	1,03
2025	R\$ 13.730.554,50	1,03

1.2.2.2. Despesas de Capital

Compreendem as despesas de Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida. As metas anuais de Despesas de Capital para o triênio 2023 a 2025 é a que segue:

Despesas de Capital		
Metas Anuais	Valor nominal	Varição %
2020	R\$ 1.396.108,18	
2021	R\$ 1.140.606,53	0,82
2022	R\$ 4.059.000,00	3,56
2023	R\$ 4.201.065,00	1,04
2024	R\$ 4.327.096,95	1,03
2025	R\$ 4.456.909,86	1,03

a) Investimentos:

As projeções anuais para estes 2 grupos da despesa do Município de Campo Grande/RN, estimado para o ano de 2023 a 2025 foram calculadas exclusivamente com base em parâmetros econômicos, são apresentadas abaixo:

Investimentos		
Metas Anuais	Valor nominal	Varição %
2020	R\$ 1.166.674,91	
2021	R\$ 812.283,70	0,70
2022	R\$ 3.444.000,00	4,24
2023	R\$ 3.564.540,00	1,04
2024	R\$ 3.671.476,20	1,03
2025	R\$ 3.781.620,49	1,03

b) Inversões Financeiras:

Para o período de 2023 a 2025 não foram previstas despesas para Inversões Financeiras

b) Amortização da Dívida:

Para previsão dos valores de pagamento da dívida foram considerados os contratos em vigor da Administração Direta e Indireta, incluindo o parcelamento do INSS.

Amortização da Dívida		
Metas Anuais	Valor nominal	Varição %
2020	R\$ 229.433,27	
2021	R\$ 328.322,83	1,43
2022	R\$ 615.000,00	1,87
2023	R\$ 636.525,00	1,04
2024	R\$ 655.620,75	1,03
2025	R\$ 675.289,37	1,03

1.2.3. Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário

A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as Receitas Primárias são capazes de suportar as Despesas Primárias.

Em atendimento ao art. 4º, § 2º, inciso II da Lei de Responsabilidade Fiscal, a tabela a seguir demonstra as metas de resultados primários projetados para o Município de Campo Grande/RN, para o exercício financeiro a que se refere à LDO e para os dois subsequentes.

Os dados relativos a receitas e despesas foram extraídos das metas fiscais estabelecidas para as mesmas, conforme demonstrado anteriormente.

O cálculo da Meta de Resultado Primário obedeceu à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, por meio das Portarias expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional/STN, relativas às normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público/CASP, sendo embasada, complementarmente, no Manual de Demonstrativos Fiscais – 12ª edição, da Secretaria do Tesouro Nacional, utilizando-se a padronização do método acima da linha, cuja redação é:

“Registra o resultado primário, por meio da metodologia “acima da linha”, que representa a diferença entre as receitas primárias totais realizados e as despesas primárias totais pagos. O resultado positivo corresponde a um superávit de fluxo de caixa primário e o negativo a um déficit de fluxo de caixa primário.”

Meta Fiscal – Resultado Primário

ESPECIFICAÇÃO	2023	2024	2025
RECEITA TOTAL (XXI)=(IV+VI)	R\$ 33.889.729,50	R\$ 34.985.516,09	R\$ 36.116.746,85
RECEITAS CORRENTES(I)	R\$ 31.557.357,00	R\$ 32.577.341,48	R\$ 33.630.306,56
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	R\$ 1.452.829,50	R\$ 1.496.414,39	R\$ 1.541.306,82
Contribuições	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Receitas Patrimoniais			
Aplicações Financeiras(II)	R\$ 61.065,00	R\$ 62.896,95	R\$ 64.783,86
Outras Receitas Patrimoniais			
Receitas de Serviços	R\$ 3.105,00	R\$ 3.198,15	R\$ 3.294,09
Transferências Correntes	R\$ 29.305.507,50	R\$ 30.257.936,49	R\$ 31.241.319,43
Outras Receitas Correntes	R\$ 734.850,00	R\$ 756.895,50	R\$ 779.602,37
Deduções da Receita Corrente (III)	0	0	0
Receita Corrente(-) Dedução(IV)=(I-III)	R\$ 31.557.357,00	R\$ 32.577.341,48	R\$ 33.630.306,56
RECEITAS FISCAIS CORRENTES(V)=(IV-II)	R\$ 31.496.292,00	R\$ 32.514.444,53	R\$ 33.565.522,71
RECEITAS DE CAPITAL(VI)	R\$ 2.332.372,50	R\$ 2.408.174,61	R\$ 2.486.440,28
Operações de Crédito(VII)	0	0	0
Amortização de Empréstimos(VIII)	0	0	0
Alienação de Bens(IX)	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Transferência de Capital	R\$ 2.332.372,50	R\$ 2.408.174,61	R\$ 2.486.440,28

Outras Receitas de Capital	R\$ -	R\$ -	R\$ -
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL(X)=(VI-VII-VIII-IX)	R\$ 2.332.372,50	R\$ 2.408.174,61	R\$ 2.486.440,28
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	R\$ -	R\$ -	R\$ -
RECEITAS FISCAIS LÍQUIDAS(XI)=(V+X)	R\$ 33.828.664,50	R\$ 34.922.619,14	R\$ 36.051.962,99
DESPESA TOTAL(XII)			
DESPESAS CORRENTES(XIII)	R\$ 29.490.979,50	R\$ 30.375.708,89	R\$ 31.286.980,15
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 16.514.460,00	R\$ 17.009.893,80	R\$ 17.520.190,61
Juros e Encargos da Dívida(XIV)	R\$ 34.155,00	R\$ 35.179,65	R\$ 36.235,04
Outras Despesas Correntes	R\$ 12.942.364,50	R\$ 13.330.635,44	R\$ 13.730.554,50
DESPESAS FISCAIS CORRENTES(XV)=(XIII-XIV)	R\$ 29.456.824,50	R\$ 30.340.529,24	R\$ 31.250.745,11
DESPESAS DE CAPITAL(XVI)	R\$ 4.201.065,00	R\$ 4.327.096,95	R\$ 4.456.909,86
Investimentos	R\$ 3.564.540,00	R\$ 3.671.476,20	R\$ 3.781.620,49
Inversões Financeiras	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Amortização da Dívida(XVII)	R\$ 636.525,00	R\$ 655.620,75	R\$ 675.289,37
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL(XVIII)=(XVI-XVII)	R\$ 3.564.540,00	R\$ 3.671.476,20	R\$ 3.781.620,49
RESERVA DE CONTINGÊNCIA(XIX)	R\$ 197.685,00	R\$ 203.615,55	R\$ 210.233,06
Despesas Intra-Orçamentárias	R\$ -	R\$ -	R\$ -
DESPESAS FISCAIS LÍQUIDAS(XX)=(XV+XVIII+XIX)	R\$ 33.219.049,50	R\$ 34.215.620,99	R\$ 35.242.598,65
RESULTADO PRIMÁRIO(XI-XX)	R\$ 609.615,00	R\$ 706.998,15	R\$ 809.364,33

1.2.4. Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal

O cálculo/projeção de metas para o Resultado Nominal é elaborado com embasamento no Manual de Demonstrativos Fiscais – 12ª edição, da Secretaria do Tesouro Nacional, conforme redação extraída:

“Para fins do arcabouço normativo criado pela LRF e pela RSF nº 40/2001, o resultado nominal representa a variação da DCL em dado período e pode ser obtido a partir do resultado primário por meio da soma da conta de juros (juros ativos menos juros passivos).

Os juros a serem considerados para o cálculo do resultado nominal são apurados por competência, ou seja, quando de seu impacto no montante da DCL. Assim, os juros ativos são as remunerações, reconhecidas segundo o regime de competência, sobre créditos financeiros (como empréstimos concedidos) ou aplicações financeiras do ente, independentemente de seu tratamento orçamentário. Já os juros passivos são aqueles reconhecidos, segundo o regime de competência, sobre os passivos que compõem a Dívida Consolidada do ente (juros sobre passivos não classificados na Dívida Consolidada não entram no cômputo do resultado nominal), independentemente de seu tratamento orçamentário. Receitas e despesas orçamentárias derivadas de juros ativos e passivos, respectivamente, são, por definição, consideradas não primárias ou financeiras (por derivarem de dívidas ou créditos).

Como exposto acima, o resultado nominal pode ser obtido “acima da linha” por meio da soma da conta de juros com o resultado obtido da diferença entre as receitas primárias e as despesas primárias”

Meta Fiscal – Resultado Nominal

ESPECIFICAÇÃO	2023	2024	2025
RESULTADO PRIMÁRIO ACIMA DA LINHA	R\$ 609.615,00	R\$ 706.998,15	R\$ 809.364,33
(+) Juros Ativos	R\$ 61.065,00	R\$ 62.896,95	R\$ 64.783,86
(-) Juros Passivos	R\$ 34.155,00	R\$ 35.179,65	R\$ 36.235,04
RESULTADO NOMINAL	R\$ 704.835,00	R\$ 805.074,75	R\$ 910.383,23

2. Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior

O demonstrativo a seguir apresenta o comparativo entre as metas de receita, despesa, montante da dívida, resultado primário e resultado nominal, fixadas para 2020, e os valores efetivamente verificados no exercício.

DEMONSTRATIVO II - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

AMF - Demonstrativo II (LRF, art. 4o., Parág. 2o., Inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em 2021	% PIB	%RCL (a/RCL)	II-Metas Realizadas em 2021	% PIB	%RCL (a/RCL)	Variação	
							Valor III=(II-I)	% (III/I)X100
Receita Total	44.141.603,78	0,06	1,80	26.681.686,55	0,04	1,09	(17.459.917,23)	-39,55
Receitas Primárias(I)	43.851.373,00	0,06	1,78	24.949.419,16	0,04	1,02	(18.901.953,84)	-43,10
Despesa Total	43.541.565,78	0,06	1,77	23.702.747,61	0,03	0,96	(19.838.818,17)	-45,56
Despesas Primárias(II)	43.281.565,78	0,06	1,76	23.374.424,78	0,03	0,95	(19.907.141,00)	-45,99
Resultado Primário (III)=(I - II)	569.807,22	0,00	0,02	1.574.994,38	0,00	0,06	1.005.187,16	176,41
Resultado Nominal	600.038,00	0,00	0,02	2.978.938,94	0,00	0,12	2.378.900,94	396,46
Dívida Pública Consolidada	7.312.122,74	0,01	0,30	3.083.035,80	0,00	0,13	(4.229.086,94)	-57,84
Dívida Consolidada Líquida	5.216.535,94	0,01	0,21	2.396.519,22	0,00	0,10	(2.820.016,72)	-54,06

FONTE: Sec. Municipal de Finanças

3. Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores

De acordo com o § 2º, inciso II, do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, compõe, ainda, o Anexo de Metas Fiscais, o comparativo das Metas Anuais fixadas nos três exercícios anteriores com as projetadas para os três exercícios subsequentes.

DEMONSTRATIVO III - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

AMF - Demonstrativo III (LRF, art 4o., parág. 2o., Inciso II)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2020	2021	Variação %	2022	Variação %	2023	Variação %	2024	Variação %	2025	Variação %
Receita Total	25.047.030,87	26.81.686,55	1,07	26681.686,55	1,00	33.889.729,50	1,27	34.991.145,71	1,03	36.128.357,94	1,03
Receita Primária(I)	25.040.218,42	24.949.419,16	1,00	26.584.074,84	1,07	33.828.664,50	1,27	34.928.096,10	1,03	36.063.259,22	1,03
Despesa Total	23.984.400,39	23.702.747,61	0,99	23.702.747,61	1,00	33.889.729,50	1,43	34.991.145,71	1,03	36.128.357,94	1,03
Despesas Primárias(II)	23.984.400,39	23.374.424,78	0,97	23.374.424,78	1,00	33.219.049,50	1,42	34.298.668,61	1,03	35.413.375,34	1,03
Resultado Primário(I - II)	1.055.818,03	1.574.994,38	1,49	.209.650,06	2,04	609.615,00	0,19	629.427,49	1,03	649.883,88	1,03
Resultado Nominal	1.062.630,48	2.978.938,94	2,80	2.978.938,94	0,00	-	0,00	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!
Dívida Pública Consolidada	3.481.463,73	3.083.035,80	0,89	7.312.122,74	2,37	5.758.944,96	0,79	5.586.176,61	0,97	5.418.591,31	0,97
Dívida Consolidada Líquida	2.724.842,05	2.396.519,22	0,88	5.216.535,94	2,18	3.426.594,51	0,66	3.323.796,67	0,97	3.224.082,77	0,97

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2020	2021	Variação %	2022	Variação %	2023	Variação %	2024	Variação %	2025	Variação %
Receita Total	23.854.315,11	25.171.402,41	1,06	25.171.402,41	1,00	31.971.442,92	1,27	33.010.514,82	1,03	34.083.356,55	1,03
Receita Primária(I)	23.847.827,07	23.537.187,89	0,99	25.079.315,89	1,07	31.913.834,43	1,27	32.951.034,05	1,03	34.021.942,66	1,03
Despesa Total	22.842.286,09	22.361.082,65	0,98	22.361.082,65	1,00	31.971.442,92	1,43	33.010.514,82	1,03	34.083.356,55	1,03
Despesas Primárias(II)	22.842.286,09	22.051.344,13	0,97	22.051.344,13	1,00	31.338.725,94	1,42	32.357.234,54	1,03	33.408.844,66	1,03
Resultado Primário(I - II)	1.005.540,98	1.485.843,75	1,48	3.027.971,75	2,04	575.108,49	0,19	593.799,52	1,03	613.098,00	1,03
Resultado Nominal	1.012.029,03	2.810.319,75	2,78	2.810.319,75	0,00	-	0,00	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!
Dívida Pública Consolidada	3.315.679,74	2.908.524,34	0,88	6.898.229,00	2,37	5.432.966,94	0,79	5.269.977,94	0,97	5.111.878,60	0,97
Dívida Consolidada Líquida	2.595.087,67	2.260.867,19	0,87	4.921.260,32	2,18	3.232.636,33	0,66	3.135.657,24	0,97	3.041.587,52	0,97

Fonte: Sec. Municipal de Finanças

A parte superior da tabela apresenta as metas fixadas em valores correntes, enquanto que a parte inferior da tabela expressa o comparativo a preços constantes, adotando-se as seguintes variações anuais para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo/IPCA, como fator de atualização dos valores.

Variável de Cálculo dos Valores Constantes - IPCA

2023	2024	2025
3,5%	3,00%	3,00%

4. Evolução do Patrimônio Líquido

Em atendimento ao § 2º, inciso II, do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, apresentamos a Evolução do Patrimônio Líquido do Município de Campo Grande nos anos de 2019 a 2021.

DEMONSTRATIVO IV - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

AMF - Demonstrativo IV (LRF, art 4o, Inciso III)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2021	%	2020	%	2019	%
Patrimônio/Capital	17.163.708,95	140,99	12.173.462,80	0,00	8.712.807,65	100,00
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	-	0,00	-	0,00	-	100,00
TOTAL	17.163.708,95	140,99	12.173.462,80	139,72	8.712.807,65	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2021	%	2020	%	2019	%
Patrimônio	-	0,00	-	0,00	-	0,00
Reservas	-	-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	0,00	-	0,00	-	0,00
TOTAL	-	0,00	-	0,00	-	0,00

FONTE: Sec. Municipal de Finanças

5. Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos

Este demonstrativo tem como finalidade destacar a receita de capital oriunda da alienação de ativos, bem como sua aplicação em despesa de capital nos exercícios de 2019 a 2021 em consonância com o inciso III, § 2º do Art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Conforme disposto no Art. 44 da referida lei, é vedada a aplicação de receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

R\$ Milhares

RECEITAS REALIZADAS	2021 (a)	2020 (b)	2019 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00

DESPESAS EXECUTADAS	2021 (d)	2020 (e)	2019 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DO REGIME DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO	2021 (g) = (Ia - IId) + IIIh)	2020 (h) = (Ib - IJe) + IIIi)	2019 (i) = (Ic - If)
VALOR (III)	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sec. Municipal de Finanças

5. Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS

O Município de Campo Grande não dispõe de Regime Próprio de Previdência. Desse modo, os demonstrativos são apresentados sem valores.

VI - RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS

RECEITAS	2021	2020	2019
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTARIAS) - (I)	R\$ -	R\$ -	R\$ -
RECEITAS CORRENTES	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Receitas de Contribuições dos Segurados	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Pessoal Civil	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Pessoal Militar	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Outras Receitas de Contribuições	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Receitas Patrimonial	R\$ -	R\$ -	R\$ -
receita de Serviços	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Outras Receitas Correntes	R\$ -	R\$ -	R\$ -

Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Demais Receitas Correntes	R\$ -	R\$ -	R\$ -
RECEITAS DE CAPITAL	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Amortização de Empréstimos	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Outras Receitas de Capital	R\$ -	R\$ -	R\$ -
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	R\$ -	R\$ -	R\$ -
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTARIAS) -(II)	R\$ -	R\$ -	R\$ -
RECEITAS CORRENTES	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Receitas de Contribuições	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Patronal	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Pessoal Civil	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Pessoal Militar	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Para Cobertura de Déficit Atuarial	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Receita Patrimonial	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Receita de Serviços	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Outras Receitas Correntes	R\$ -	R\$ -	R\$ -
RECEITAS DE CAPITAL	R\$ -	R\$ -	R\$ -
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	R\$ -	R\$ -	R\$ -
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)	R\$ -	R\$ -	R\$ -

DESPESAS	2021	2020	2019
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTARIAS) -(IV)	R\$ -	R\$ -	R\$ -
ADMINISTRAÇÃO	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Despesas Correntes	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Despesas de Capital	R\$ -	R\$ -	R\$ -
PREVIDÊNCIA	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Pessoal Civil	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Pessoal Militar	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Outras Despesas Previdenciárias	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Compensação Previd. De aposent.RPPS para o RGPS	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Demais Despesas Previdenciárias	R\$ -	R\$ -	R\$ -
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTARIAS) -(V)	R\$ -	R\$ -	R\$ -
ADMINISTRAÇÃO	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Despesas Correntes	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Despesas de Capital	R\$ -	R\$ -	R\$ -
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)	R\$ -	R\$ -	R\$ -

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=(EXERC.ANT.)+(c)
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00

2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00

7. Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita

A Lei de Responsabilidade Fiscal em seu art. 14, § 1º estabelece: “a renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado”.

Na mesma norma se define também que a concessão ou ampliação de incentivo fiscal do qual decorra renúncia de receita deve atender alternativamente a um dos seguintes critérios: estar prevista na projeção orçamentária constante das metas fiscais estipuladas ou, em caso negativo, ser acompanhada de medida de compensação, de forma a não comprometer tais metas.

Para o triênio 2023/2025 não está previsto a concessão de benefícios fiscais que representem renúncia de receita.

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

TRIBUTOS	MODALIDADE	SETORES / PROGRAMAS / BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA			COMPENSAÇÃO
			2023	2024	2025	
Sem ocorrências						
TOTAL			0,00	0,00	0,00	

8. Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

A Lei Complementar n.º 101/2000, LRF, define no art. 17 despesa obrigatória de caráter continuado (DOCC) como "a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios".

Para o exercício de 2022, não prevê o aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, estando prevista unicamente a variação de receitas e despesas, pelos índices do IPCA, conforme já demonstrado no Anexo de Metas.

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

EVENTO	VALOR PREVISTO PARA 2023
Aumento permanente da Receita	0,00
(-) Transferências constitucionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	0,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0,00
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III)=(I + II)	0,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Impacto de novas DOCC	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) - (III-IV)	0,00

FONTE: Secretaria Municipal de Finanças